

Emoções e motivação moral: Prinz *versus* Kant

5

The emotion construction of morals: Prinz versus Kant
Emociones e motivaciones: Prinz versus Kant

DOI: 10.18226/21784612.v22.n.especial.05

Maria de Lourdes Borges*

Resumo: Esse artigo pretende responder à seguinte pergunta: Emoções e sentimentos são necessários para a moralidade? Essa questão será desdobrada em três outras: 1) Emoções e sentimentos são necessários para a determinação do correto moralmente?; 2) Emoções e sentimentos são necessários para a motivação moral?; e 3) Emoções e sentimentos são necessários para a ação moral? Para responder a essas questões, usa dois modelos distintos: o de Prinz, tal como apresentado no livro *The emotional constructions of morals*¹ e o de Kant. Tenta mostrar que Prinz responde positivamente às três questões e que há dois modelos possíveis de compreender a teoria kantiana, que dariam respostas diferentes às questões 2 e 3.

Palavras-chave: Emoção. Sentimento. Moralidade. Prinz. Kant.

Abstract: In that paper, it pretends like to answer the following questions: Are emotions and feelings necessary for the determination of the morally right? Are emotions and feelings necessary for moral motivation? Are emotions and feelings necessary for moral action? In order to answer these questions, I will compare two models: the one given by Jesse Prinz in the *Emotional Constructions of Morals* and the Kantian model for moral action.

Keywords: Emotion. Feeling. Morality. Prinz. Kant.

Resumen: En este artículo, quisiera responder a las siguientes preguntas: 1) ¿Las emociones y los sentimientos son necesarios para la determinación de la acción moral? 2) ¿Las emociones y los sentimientos son necesarios para

* Doutora em Filosofia. Professora na UFSC. E-mail: mariaborges@yahoo.com

¹ PRINZ, Jesse. *The emotion construction of morals*. New York: Oxford University Press, 2007, doravante será citada como ECM.

la motivación moral? 3) ¿Las emociones y los sentimientos son necesarios para la acción moral? Para responder a estas preguntas, compararé dos modelos: el modelo de Jesse Prinz en el libro *The Emotional Construction of Morals* y el modelo kantiano para la acción moral.

Palabras clave: Emociones. Motivaciones. Moralidad. Prinz. Kant.

1 Emocionismo metafísico e emocionismo epistêmico

Prinz, no livro *The emotional construction of morals*, afirma que talvez a divisão mais fundamental na filosofia moral é entre aqueles que pensam que sentimentos e emoções são essenciais à moralidade e aqueles que pensam que eles não o são. Kant se situa entre os segundos; Prinz, entre os primeiros. Esse denomina sua teoria de emocionismo, segundo a qual a moral se baseia em emoções.

Existem duas versões do emocionismo. Segundo a primeira, denominada por Prinz de “emocionismo metafísico”, as propriedades morais estão essencialmente relacionadas com as emoções; a segunda seria denominada de “emocionismo epistêmico” e afirma que conceitos e juízos morais estão essencialmente relacionados com as emoções.

Ele nos fornece um quadro das várias teorias morais e a aceitação das duas teses:²

Quadro 1 – Teorias morais

Teses	Sensibilidade	Emotivismo	Utilitarismo clássico	Ética kantiana
Emocionismo metafísico	sim	não	sim	não
Emocionismo epistêmico	sim	sim	não	não

Fonte: Prinz (2007, p. 20).

Um kantiano rejeitaria as duas formas de emocionismo. Segundo Kant, ações não morais, más, são aquelas que não posso querer como lei universal e não aquelas que despertam minha rejeição sensível. As

² EMC, p. 20.

propriedades morais não estão relacionadas com emoções, mas com a possibilidade (ou não) de serem universalizadas de forma coerente, ou, nos termos kantianos, sem contradição. Os kantianos também rejeitam o emocionismo epistêmico, pois o conceito de certo e errado não se baseia em estados emocionais. Aliás, os juízos morais seriam melhores se ignorássemos nossas paixões.

O utilitarismo clássico também rejeitaria que os conceitos morais estão essencialmente relacionados com emoção, negando, portanto, o emocionismo epistêmico. Por outro lado, admitiriam o emocionismo metafísico, pois o bom é definido em termos de felicidade.

O emotivismo, ao contrário do utilitarismo, nega o emocionismo metafísico e aceita o emocionismo epistêmico. Os filósofos emotivistas não aceitam o primeiro, pois esse estaria comprometido com um realismo moral, com o qual eles não concordam. O emotivismo é usualmente antirrealista. Por outro lado, concordaria com o emocionismo epistêmico, pois julgar que algo está errado, para o emotivismo, é o mesmo que expressar sua rejeição sensível – e emotiva – a isso.

Prinz vai defender o emocionismo forte e o faz com base em evidências da psicologia empírica, da neurociência, do desenvolvimento infantil e da psicopatologia. Segundo ele, conceitos morais parecem estar ligados a respostas emocionais, de forma que quem não possui emoções morais parece também não ter conceitos morais (emocionismo epistêmico). Além disso, há pouca evidência de que alguém possa captar propriedades morais sem a ajuda de emoções, e as propriedades morais parecem não ter nenhuma característica unificadora independentemente de sua reação a elas (emocionismo metafísico).

2 A suposta frieza moral kantiana

Kant considera que juízos morais independem da emoção. O procedimento utilizado para a averiguação da moralidade das máximas é dado pelo imperativo categórico: “Age de forma que a máxima de sua ação possa ser tomada como lei universal”. No procedimento de universalização da máxima, não há intervenção da emoção; trata-se de uma averiguação racional da contradição (ou não) da lei gerada pela máxima generalizada. A resposta à questão 1 é certamente *Não*. Passemos, então, à análise da necessidade (ou não) de emoção, e/ou de sentimentos, para a motivação e a realização da ação moral.

Na *Fundamentação*, a resposta às perguntas 2 e 3 parece ser negativa. Se tomarmos o exemplo dos dois filantropos, nos é afirmado que o filantropo que realiza uma ação moral é aquele que age sem nenhum sentimento, nem mesmo com compaixão pela sorte dos que sofrem. Que a boa ação realizada com sentimento fosse pior moralmente do que a boa ação realizada sem sentimento foi motivo de assombro para vários filósofos e pensadores, entre eles Schiller.

Nas últimas décadas, vemos crescer uma interpretação que atenua ao menos a pretendida frieza kantiana. A partir do artigo de Henson,³ os comentadores tendem a interpretar o exemplo do filantropo, não como um elogio à frieza, mas como uma garantia que a ação moral seria realizada, mesmo que o agente não tivesse nenhum sentimento que o inclinasse à ação. No que Henson denominava de *Fitness report model*, seria permitido, na ação moral, a presença de sentimentos, desde que o respeito pela lei tivesse sido suficiente para a realização de ação na ausência de outros sentimentos.

Mesmo nessa interpretação não tão ortodoxa, parece-nos que a resposta às questões 2 e 3 seria igualmente negativa. Dizer que sentimentos podem estar presentes, desde que não sejam o motivo da ação moral implica dizer que sentimentos não são necessários à motivação. É dessa forma que vários comentadores compreendem a concepção de uma razão prática pura: a capacidade da razão de ser motivadora independentemente de qualquer emoção ou sentimento.

Contudo, alguns comentadores, como Guyer⁴ e Morrison,⁵ consideram o respeito como o aspecto sensível motivacional kantiano, entendendo que ele não é apenas um sentimento posterior à ação, mas anterior à essa. Considero que essa versão é questionável, visto que, em várias passagens, Kant indica que esse é um sentimento provocado pela lei moral, que não é o móbil da ação, pois a lei mesma o é.

³ HENSON, R. What Kant might have said: moral worth and the overdetermination of a dutiful action. *Philosophical Review*, v. 88, p. 39-54, 1979.

⁴ GUYER, Paul. *Knowledge, reason and taste: Kant's response to Hume*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

⁵ MORRISON, Ian. *Kant and the role of pleasure in moral action*. Athens: Ohio University Press, 2008.

Temos, no entanto, na *Metafísica dos costumes*, uma afirmação que surpreende todos, qual seja, de que existem pressuposições sensíveis à recepção do dever. Entre essas, está o sentimento moral [*moralische Gefühl*]. Kant aí é bastante enfático, afirmando que, sem esse, nós estaríamos moralmente mortos.

Se existem interpretações diferentes e talvez até uma ambiguidade no texto kantiano que nos levariam a responder **Sim** às questões 2 e 3, os sentimentos que poderiam servir de motivação moral são apenas o respeito e o sentimento moral. Mesmo a simpatia pela dor alheia só pode funcionar como uma motivação “faute de mieux”, ou seja, algo que pode nos levar à execução de ações morais, antes que a lei possa, por si só, pela mediação do respeito, levar à execução de ação moral.

3 Como as emoções afetam os nossos juízos morais?

Vou mostrar agora algumas pesquisas empíricas que Prinz oferece para sustentar sua teoria no que se refere ao emocionismo epistêmico e metafísico, ou seja, que emoções são necessárias aos juízos morais e/ou para a detecção de propriedades morais.

a) Neurociência

Uma das evidências empíricas para o emocionismo epistêmico é dado pela neurociência. Através de exames de *scam* cerebral, foi constatado que as áreas relativas às emoções no cérebro ficam mais ativas quando é realizado um juízo moral. Prinz⁶ cita experiências nas quais se pede aos entrevistados que distingam sentenças incorretas do ponto de vista moral das incorretas do ponto de vista semântico: “A roubou o carro de B” de “A bebeu o jornal.” Ao avaliar sentenças que eram moralmente incorretas, os pesquisados apresentavam uma ativação maior do área emotiva do cérebro do que quando eram analisadas incorreções semânticas. Fica aqui a objeção, considerada pelo próprio Prinz, que provar empiricamente que conceitos e juízos morais estão relacionados à emoção não necessariamente implica que são causados por ela.

⁶ ECM, p. 22.

b) *Sensações e juízos morais*

Uma experiência que mostra que sentimentos e sensações influenciam nos juízos morais foi feita por Schnall e colaboradores. Foi pedido a pessoas que fizessem um julgamento moral de histórias que seriam contadas. Essas pessoas foram divididas em dois grupos: o grupo A estava sentado numa mesa limpa; o grupo B sentaria numa mesa suja, com uma embalagem suja de pizza, um lápis mordido e um copo sujo de bebida. Foi contada para as pessoas a seguinte história: uma pessoa acidentalmente mata o seu cachorro de estimação (*pet*) e decide comê-lo. As pessoas do grupo B, sentadas na mesa suja, tenderam a avaliar a ação como mais errada moralmente do que as pessoas do grupo A o fizeram.

c) *A repulsa ao incesto e ao canibalismo*

Uma experiência que prova que razões não são constitutivas dos nossos juízos morais foi realizada por Murphy e colaboradores:⁷ foi pedido a estudantes universitários que julgassem o caso de um irmão e de uma irmã que decidem ter relações sexuais consensuais, usam contraceptivo, gostaram da experiência e guardam isso em segredo. Um total de 80% dos entrevistados considerou que essa experiência era moralmente errada. Ao serem perguntados sobre a razão de seu juízo, eles utilizavam um argumento que os entrevistadores mostravam ser falso. Eles argumentavam que o casal podia ter um filho com deficiência; os entrevistadores lembravam que o casal usou contraceptivo. Argumentavam que isso podia ter um efeito negativo na comunidade, mas os entrevistadores lembravam que eles guardaram a experiência em segredo. Alguns diziam que isso era contra a Bíblia, mas, ao serem perguntados em que passagem estava essa proibição, não conseguiam lembrar. Os entrevistados foram confrontados com contra-argumentos decisivos contra a condenação moral de um incesto consensual, mas apenas 17% mudaram de ideia.

Murphy e seu grupo encontraram o mesmo tipo de resposta quando os entrevistados foram confrontados com outra história, agora envolvendo canibalismo. Uma mulher que estava trabalhando, tarde da noite num laboratório de patologia médica, decide cozinhar e comer um pedaço

⁷ ECM, p. 29

de cadáver que havia sido descartado. Novamente, os entrevistados dizem que canibalismo era errado moralmente, mas, no exemplo em questão, não conseguiam dar uma razão para fundamentar sua conclusão. Eles diziam que o julgamento moral estava baseado num sentimento visceral [*a gut feeling*] e não num argumento racional.

d) *Psicopatas*

As experiências acima mostram que emoções e sentimentos influenciam em juízos morais. Não temos ainda uma prova de que as emoções são necessárias à moralidade. Os psicopatas seriam a prova de que quem não tem emoções morais não consegue entender os conceitos morais de *certo* e *errado*, pois psicopatas não distinguem proibições morais de proibições convencionais.

e) *Moral Mary*

Imagine uma moça, Mary, que nunca tenha tido acesso à educação moral, mas teve acesso à literatura moral e conhece Mill e Kant. Ela sabe que para o primeiro a ação moral é aquela que maximiza a felicidade, e que, para Kant, a ação moral é aquela cuja universalização engendra uma contradição prática. Segundo Prinz, ela saberia aplicar essas regras, mas não entenderia a moralidade.

Esse argumento é análogo ao argumento de Frank Jackson contra materialismo. Nesse caso, Mary era uma cientista que vivia num quarto preto e branco e que sabia tudo o que acontecia no cérebro quando as pessoas viam cores, mas ela não tinha a experiência da cor mesmo assim.

4 **Objecções kantianas**

Em relação aos exemplos e evidências empíricas apresentados por Prinz, um kantiano poderia objetar que provar empiricamente que conceitos e juízos morais estão relacionados à emoção não necessariamente implica que são causados por elas ou que elas são constituintes necessários dos juízos. Alguns desses experimentos não refutariam, por exemplo, uma teoria kantiana que concebesse que juízos morais devem ser fundamentados na razão, ainda que possamos ter casos em que o estado emocional do agente modifique seu julgamento, ou não saibamos justificar nossos juízos morais, ainda que tenhamos convicção racional sobre sua correção. Mais especificamente, poder-se-ia dizer que, quanto

aos casos apresentados por Prinz, como evidência, essas seriam as respectivas refutações e respostas kantianas:

- a) Kant não diz que juízos morais não podem estar ligados a emoções, principalmente quando envolve roubo, morte, etc. O que ele afirma é que emoções não são constitutivas essenciais da moralidade;
- b) Kant não afirma que nosso estado emocional, bem como emoções de desagrado ou repulsa não possam modificar nossos juízos morais, apenas que elas não deveriam fazê-lo;
- c) Os psicopatas têm um funcionamento anormal do cérebro e ficam fora do que Kant julga como pertinente à moralidade; e
- d) Kant diria que Mary saberia o que é moral e que não precisaria de nada além do que os livros lhe ensinaram.

Em suma, poder-se-ia dizer que Kant não nega uma relação contingente entre juízos, ações morais e emoções, apenas afirma que o verdadeiro juízo moral, bem como a ação moral, não podem ter seu fundamento na emoção.

REFERÊNCIAS

GUYER, Paul. *Knowledge, reason and taste: Kant's response to Hume*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HENSON, R. What Kant might have said: moral worth and the overdetermination of a dutiful action. *Philosophical Review*, v. 88, p. 39-54, 1979.

KANT, Immanuel. *Metaphysik der Sitten, Kants gesammelte Schriften*. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900. t. 6.

KANT, Immanuel. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten. Kants gesammelte Schriften*. Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 1900. t. 4.

MORRISON, Ian. *Kant and the role of pleasure in moral action*. Athens: Ohio University Press, 2008.

PRINZ, J. *The emotional construction of morals*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Submetido em 31 de outubro de 2016.
Aprovado em 3 de novembro de 2016.